

HISTÓRIA

Ailton de Freitas/12-3-03

A CÚPULA do Senado Federal, em Brasília

A casa do compadrio

História do Senado revela um passado de submissão ao Império e conciliação

Bernardo Mello Franco

BRASÍLIA

Dividido pelo processo que pode levar à cassação do presidente Renan Calheiros (PMDB-AL), o Senado se distancia, a cada semana de crise, do ambiente de conciliação que marcou seu nascimento, há 181 anos. O papel fundador da casa, segundo Raymundo Faoro em "Os donos do poder", era claro: conservar a ordem social e refrear os ânimos da opinião pública. A docilidade ao Império se explica pelo perfil dos primeiros 50 parlamentares. Vinte e três respondiam por títulos de barão, visconde ou marquês; nove eram juizes; sete da Igreja; e o resto se dividia entre fazendeiros, militares e profissionais liberais.

Até desembarcar de charrete no Palácio Conde dos Arcos, no Campo de Santana, os senadores cumpriam um itinerário que começava em eleições fraudadas e terminava na pena amiga do imperador. Para se candidatar, era necessário ter renda anual acima dos 800 mil réis — assegurando as cadeiras a grandes proprietários de terra e escravos. Em eleições indiretas, as províncias formulavam listas tríplices, submetidas à escolha do monarca. O mandato era vitalício.

O tom gélido dos debates, travados quando as decisões já estavam tomadas nos bastidores, levou os cronistas da época a batizarem a casa de Sibéria. Responsável pela cobertura das sessões no "Diário do Rio de Janeiro", Machado de Assis ironizou, em crônica publicada em novembro de 1861: "É tão bom ter uma cadeira no Senado! A gente faz o seu testa-

mento, e ocupa o resto do tempo em precauções higiênicas, a bem de dilatar a vida e gozar por mais tempo das honrarias inerentes ao posto de príncipe do Império."

No Segundo Reinado, o conselheiro Nabuco de Araújo, que exerceu mandato por duas décadas, cunhou uma frase célebre para explicar a aversão da casa à discussão política mais acirrada: "O Senado não faz política", dizia o pai do abolicionista Joaquim Nabuco. Campeão de longevidade no período republicano, o ex-presidente José Sarney (PMDB-AP) — que assumiu o quinto mandato em fevereiro — gosta de citar um diálogo entre Benjamin Franklin e James Madison, dois dos pais fundadores dos Estados Unidos. Num intervalo dos debates sobre a primeira constituição, Franklin perguntou ao colega qual a função do Senado. Madison fez uma pausa, derramou um pouco de chá no pires e respondeu: "É para isso: esfriar."

O Senado foi berço do golpe da maioridade, que elevou Pedro II ao trono aos 14 anos, em 1840. Grato, o jovem imperador diria mais tarde que, se não ostentasse a coroa, gostaria de ter uma cadeira naquele plenário. Ele fortaleceria o poder dos senadores no regime parlamentarista. Com a concordância do

monarca, a casa teve papel importante no processo abolicionista — lá nasceu a Lei Eusébio de Queiroz, que baniu o tráfico negreiro em 1850.

A dobradinha pacífica entre a Coroa e o Senado começou a desmoronar quando as idéias republicanas ganharam eco na caserna. Insatisfeitos com a nomeação de mais um gabinete conservador, controlado pelo senador Visconde do Ouro Preto, os militares desembainharam as espadas e anteciparam os planos de derrubar a monarquia.

Sinônimo de estabilidade e esteio da unidade territorial no Império, o Senado da República se caracterizou pela defesa do sistema federativo. Desde a proclamação, as cadeiras são distribuídas em igual número entre as unidades geográficas do país — modelo que, hoje, divide os 81 lugares entre os 26 estados e o Distrito Federal.

Na República Velha, o clima era medido pela temperatura dos debates entre o general gaúcho Pinheiro Machado e o jurista baiano Rui Barbosa, cujo busto ainda ornamenta o plenário construído por

Oscar Niemeyer em Brasília. Enquanto paulistas e mineiros se alternavam no comando do país, a dupla se digladiava na tribuna. A História deixou a dever aos dois lados: Rui foi derrotado em sucessivas tentativas de chegar à presidência, e Machado seria assassinado a punhaladas, no Catete.

Fechado durante 13 anos na Era Vargas, o Senado enfrentou um breve período de ebulição política entre o fim da Segunda Guerra e o golpe de

1964. O surgimento de novos partidos elevou o tom dos debates na casa, mas a festa democrática tinha suas restrições: eleito pelo velho PCB para a Assembléia Constituinte de 1946, Luiz Carlos Prestes seria cassado dois anos depois, junto com a legenda.

Aval institucional ao golpe militar

• A transferência da capital para Brasília deixou vazio o Palácio Monroe, na Cinelândia — que sediou a casa a partir de 1925 e seria demolido durante o governo Geisel. Longe do povo, o Senado assistiu a um homicídio em plenário, quando o senador alagoano Arnon de Mello — pai do ex-presidente e hoje também senador Fernando Collor — tentou atirar no inimigo Silvestre Péricles e acertou o suplente acreano José Kairala.

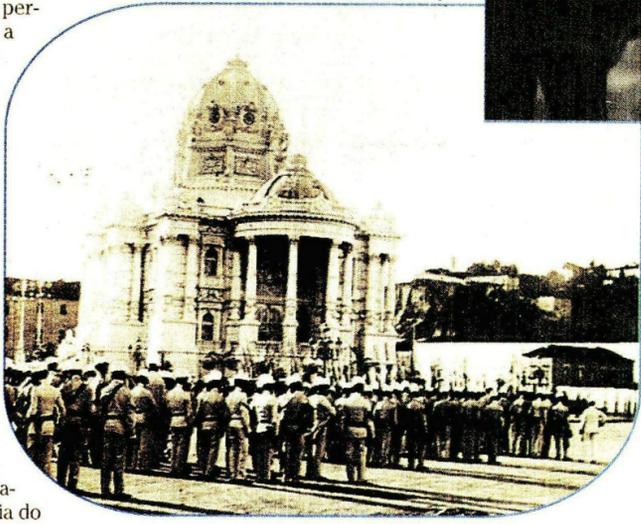
Em 1964, o então presidente da Casa Auro de Moura Andrade deu aval institucional ao golpe militar ao declarar a presidência "vaga" — disponível aos generais. Sufocado pelo regime, o Congresso andava a passos lentos. Quando a oposição ensaiou reagir, em 1977, a ditadura respondeu com a criação dos senadores biônicos — escolhidos em votação indireta para garantir a maioria do governo.

A volta da democracia não foi capaz de preservar por muito tempo a imagem do Senado. Relator do processo de cassação de Luiz Estevão — primeiro a ter o mandato retirado pelos colegas na história da casa, em 2000 —, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) lembra que escândalos recentes já derrubaram caciques como o baiano Antonio Carlos Magalhães. No entanto, avalia que o velho clima de compadrio, mesmo sem a cordialidade do Império, ainda sobrevive no instinto de autopreservação da casa:

— O Senado funciona como um grande clube, em que é difícil romper o corporativismo.



Reprodução



O PALÁCIO

Monroe (ao lado), sede do Senado até 1925. Acima, o senador José Kairala, atingido por um tiro, é amparado por colegas

Os compadres romanos

Flávio Henrique Lino

• *Quosque tandem, Catilina, abutere patientia nostra?* Quando pronunciou um dos mais famosos discursos feitos no Senado romano, Cícero provavelmente não imaginava que seu desafio ao homem-símbolo da corrupção que corroía sua amada República permaneceria vivo dois milênios após sua morte. Ao indagar ao conspirador Catilina até quando ele abusaria da paciência de seus concidadãos com suas tramas para tomar o poder, o maior orador de Roma imortalizou um sentimento expressado por muitos ao longo da História — inclusive neste Brasil do início do século XXI — ao se depararem com comportamentos abusivos de homens públicos.

Principal fonte do poder romano a partir da queda da monarquia em 510 a.C., o Senado governou a cidade, e depois também seu império, por quase 500 anos. No decorrer desse período, teve seus altos e baixos, mas conseguiu manter-se à frente da República. O momento em que muitos apontam como a gênese de sua derrocada foi a luta da plebe liderada pelo tribuno Tibério Graco — que acabou assassinado — pela reforma agrária e contra a corrupção no Senado, em meados do século II a.C. Daí em diante, com Roma expandindo-se num império, o Sena-

do foi se revelando incapaz para o governo de uma região tão imensa.

O episódio envolvendo Catilina e Cícero foi, no entanto, o mais emblemático da decadência da República no rastro de um Senado cada vez mais enfraquecido. De família nobre, Lucius Sergius Catilina viu duas tentativas de tornar-se cônsul (o cargo que equivalia ao Poder Executivo em Roma) fracassarem em eleições. Foi acusado de adultério, assassinato, corrupção e extorsão, mas foi absolvido com o apoio de amigos bem-situados no poder. Nas eleições de 63 a.C., tentou o consulado com ampla distribuição de propina, mas novamente fracassou, o que o levou a planejar um golpe. Em seu caminho, sempre esteve Cícero e sua poderosa oratória.

Poucos anos depois, com o Senado mergulhado em intrigas, o general Júlio César aproveitou a sensação generalizada entre os cidadãos romanos de que algo andava muito errado em sua República para capitalizar esse desejo de mudança, tornando-se ditador. A última reação da instituição que governou Roma por cinco séculos antes de mergulhar no ocaso da História foi assassinar César durante uma sessão. ■



Reprodução

ASPECTOS DA fachada da primeira sede do Senado, no Campo de Santana, prédio que hoje pertence à UFRJ

Reprodução

